

CARTA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS DA TI RAPOSA SERRA DO SOL

Fundamentados pela legislação vigente e pela certeza de que a diversidade cultural é um bem maior a ser preservado, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e seu Curso de Especialização em Indigenismo, o Instituto de Ciências Sociais, O Observatório da Constituição e da Democracia da Faculdade de Direito, O Instituto de Letras e seu Laboratório de Línguas Indígenas e o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da Universidade de Brasília, centros de saberes relacionados às questões indígenas na UnB vêm, por meio desta, manifestar seu total apoio à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A ocupação não-indígena das terras tradicionalmente ocupadas pelos cerca de 20 mil índios das etnias Macuxi, Patamona, Taurepang, Ingaricó e Wapichana, fere direitos culturais constitucionalmente garantidos. Além de não possuírem títulos de propriedade sobre essas terras, os rizicultores que atualmente reivindicam o direito de permanecer no território em questão estão cerceando os direitos dessas comunidades de usufruto exclusivo sobre a área e suas riquezas naturais, negando aos índios os seus direitos originários sobre as terras que ocupam. A realização da demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol é um dever da União e um direito reconhecido e garantido a esses povos pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da OIT. Negar esse direito, é desconsiderar a pluralidade étnica existente no Brasil. E significa também validar formas de uso do meio natural que são ambientalmente insustentáveis, numa região que tem relevante papel ecológico no contexto global. As pressões econômicas e políticas locais, aliadas ao apelo inverídico de perigo à soberania nacional, confundem a opinião pública e introduzem o risco de transformarmos a nossa Lei Maior em letras mortas. É falacioso o argumento da defesa da soberania nacional, nesse caso. A soberania do Brasil sobre seu território está salvaguardada por princípios internacionalmente consagrados pela ONU. Assim, reconhecendo os direitos dos povos indígenas sobre as suas terras, cientes da inviolabilidade da soberania brasileira sobre o território em questão e convencidos de que a preservação da pluralidade étnica se sobrepõe a interesses econômicos particulares, defendemos e apoiamos a luta dos povos indígenas.